

Queimadas na Amazônia preocupam senadores

Com apoio de Lobão, Melo defende ação governamental rigorosa. Marina garante que a solução é o desenvolvimento sustentado e Coutinho Jorge lamenta a falta de zoneamento ecológico-econômico

A intervenção do governo em propriedade privada onde estejam ocorrendo queimadas foi defendida pelo senador Geraldo Melo. Ao detectar por satélite qualquer agressão ao meio ambiente, o poder público deveria intimar o proprietário a reparar o dano. "Não sendo atendido, o próprio governo realizaria essa operação e cobraria pelo serviço", explicou Melo. A proposta foi apoiada pelo senador Edison Lobão. Também debatendo o problema, a senadora Marina Silva afirmou que a solução para as queimadas da Amazônia é o desenvolvimento sustentado da região. Já o senador Coutinho Jorge considerou a ausência de um zoneamento ecológico-econômico um dos maiores equívocos em relação à Amazônia. **Página 5**



Melo: proprietário deve pagar pelo dano ambiental



Marina Silva: região tem sido alvo de críticas

Valmir sugere Fundo Esportivo

A criação de um Fundo Esportivo formado com contribuições de empresas com mais de 200 empregados foi sugerida ontem pelo senador Valmir Campelo. O senador prevê que o estímulo à prática esportiva, decorrendo do fundo, contribuiria para reduzir os índices de evasão escolar, repetência e, a longo prazo, de violência. **Página 8**

Comissão deve votar hoje emendas à renda mínima

A Comissão de Assuntos Econômicos deve votar hoje seis emendas oferecidas ao substitutivo do senador Lúcio Alcântara ao projeto de lei da Câmara autorizando o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituí-

rem programa de renda mínima associado à educação. Ontem, o senador Eduardo Suplicy afirmou que o Senado deve corrigir o que ele chamou de "situações absurdas" permitidas pela fórmula contida no substitutivo de Lúcio Alcântara. **Página 3**



Lúcio Alcântara é autor do substitutivo...



...que Eduardo Suplicy quer alterar

Prazo para emendar Orçamento termina hoje

Termina hoje o prazo para que deputados e senadores apresentem emendas ao projeto de lei do Orçamento da União para o ano que vem.

Cada parlamentar pode apresentar até 20 emendas de despesas individualmente. A bancada estadual pode entrar com 10 emendas e a bancada regional tem direito a cinco emendas. As comissões podem propor cinco emendas de despesas, mas não existe limite para emendas de receita ou que mudam o texto do projeto.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

- 10h - Despacho interno
 11h - Senhor Pedro Ribeiro de Menezes, embaixador de Portugal
 11h30 - Almirante-de-esquadra Carlos Edmundo de Lacerda Freire, secretário-geral da Marinha
 15h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
 Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o Dia do Médico.
 Oradores: Sebastião Rocha, Lucio Alcântara e Romero Jucá

Pauta: 'PR nº 133/97, autoriza o estado da Paraíba a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF seus débitos junto às instituições financeiras que especifica; 'PR nº 135/97, autoriza o estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal; 'PLS nº 82/95, altera o dispositivo da Lei nº 8.004, de março de 1990, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação; 'PLS nº 259/89, regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do "habes data"; 'PR nº 51/96, institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro; 'PR nº 110/97, denega autorização ao município de Goio-Erê para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S/A; quarto dia de discussão da 'PEC nº 20/97, que acaba com o segundo turno para as eleições de governadores e prefeitos; segundo dia de discussão da 'PEC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; segundo dia de discussão da 'PEC nº 48/96, altera o artigo 57 da Constituição federal; e segundo dia de discussão da 'PEC nº 25/97, altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
 Pauta I: Votação em separado das 'Emendas nºs 02 a 05, de autoria do senador Eduardo Suplicy; 'Emenda nº 07, de autoria do senador José Serra; e 'Emenda 08, de autoria do senador José Fogaça, cfercidas ao 'PLC nº 89/96, que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima associado a ações sócio-educativas; tramitando em conjunto o 'PLS nº 236/95, cria a renda mínima na educação; 'PLS nº 84/96, cria o Programa de Bolsas de Estudo e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional; e 'PLS nº 201/96, cria a Bolsa-Cidadão.

Pauta II: Audiência pública com a finalidade de instruir o PLC nº 36/97, que versa sobre o 'Sistema Financeiro Imobiliário'.

Convidados: Deputado Luiz Roberto Ponte, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; Anesio Abdalla, presidente da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança; Melhim Namem Chalhud, assessor jurídico da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança; e Márcio Baroukel Braga, diretor da Associação dos Notários e Registradores do Brasil. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
 Pauta: Apreciação de diversas mensagens, destacando-se: 'nº 171/1997, submete à apreciação do Senado o nome do senhor Renato Navarro Guerreiro para o cargo de presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; 'nº 172/1997, submete o nome do senhor Luiz Francisco Tenório Perrone para o cargo de conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; 'nº 173/1997, submete o nome do senhor José Leite Pereira Filho para o cargo de conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
 Pauta: Reunião da comissão com representantes do Ministério das Relações Exteriores, para discussão dos principais avanços na agenda negociadora do Mercosul.

15h - Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização

Pauta: Apreciação, discussão e votação do relatório apresentado ao 'PL nº 19/97-CN, 'autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$

18.912.789,00'; e apreciação das Contas do Governo Federal referentes a 1996. Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para que sejam ouvidas várias entidades, a fim de instruir o processo de apreciação para votação do 'PLC 101/95, que dispõe sobre a jornada de trabalho e outros aspectos referentes à organização do trabalho e das condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades em terminais de vídeo

Convidados: Messias Melo, presidente da Federação Nacional dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares; Nelson Peixoto Freire, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica; Isis Aguiar e Aldemir Freire de Carvalho, diretores da Prodados Informática, Ensino Técnico e Artes Ltda.; Ivan Moura Campos, secretário de Política de Informática e Automação do Ministério da Ciência e Tecnologia; Zuher Handar, secretário de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho; Jacira da Silva, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal; e João Carlos Alexim, diretor da Organização Internacional do Trabalho. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (22.10.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
 Pauta: 'PLS nº 88/97, dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o artigo 14, parágrafos 10 e 11, da Constituição federal; quinto e último dia de discussão da 'PEC nº 20/97, acaba com o segundo turno para as eleições de governadores e prefeitos; terceiro dia de discussão da 'PEC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; terceiro dia de discussão da 'PEC nº 48/96, altera o artigo 57 da Constituição federal; e terceiro dia de discussão da 'PEC nº 25/97, altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Quinta-feira (23.10.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
 Pauta: 'PLC nº 75/93, acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; 'Requerimento nº 814/97, solicita tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 39 e 23, de 1996, com a de nº 8, de 1997; quarto dia de discussão da 'PEC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; quarto dia de discussão da 'PEC nº 48/96, altera o art. 57 da Constituição federal; e quarto dia de discussão da 'PEC nº 25/97, altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Sexta-feira (24.10.97)

9h - Sessão deliberativa ordinária do Senado
 Pauta: Quinto e último dia de discussão da 'PEC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; quinto e último dia de discussão da 'PEC nº 48/96, altera o artigo 57 da Constituição federal; e quinto e último dia de discussão da 'PEC nº 25/97, altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

COMISSÕES

Quarta-feira (22.10.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: 'PEC nº 46/95, dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; e 'PEC nº 06/96, altera a redação do caput e do parágrafo 1º do artigo 14 da Constituição federal, tornando facultativo o voto. Sala 05 - Ala Senador Alexandre Costa

18h - Comissão de Educação

Pauta: Painel sobre Educação. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (23.10.97)

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: 'PLC nº 14/96, dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; 'PLS nº 263/95, dispõe sobre a educação à distância; 'PLS nº 230/96, inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio; e 'PLS nº 126/97, dispõe sobre o ensino superior em estabelecimentos públicos. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Serra propõe emissão de títulos por concessionária

O senador José Serra (PSDB-SP) apresentou projeto de lei que dispõe sobre autorização para as concessionárias dos serviços públicos emitirem Títulos de Participação em Receita de Serviço Público Concedido (TPR). O objetivo é ajudar a superar as limitações da capacidade de endividamento do setor público, que precisa, por outro lado, fazer grandes investimentos.

Conforme a proposição, o TPR servirá para a captação de recursos nos mercados nacional ou externo de valores. O novo título só poderá ser empregado para investimento na implantação, ampliação, recuperação ou melhoria de empreendimento em serviço público concedido, precedido ou não da ex-



Serra: títulos para poder investir

ção de obra pública, pela União, pelo Distrito Federal, por estados ou municípios, ou por suas empresas.

Para José Serra, o TPR poderá tornar-se um instrumento eficiente na dinamização dos investimentos, na expansão e recuperação da infra-estrutura brasileira e criar uma alternativa capaz de isolar o risco-concessionário do risco da concessão.

Comissão do Mercosul tem reunião às 11 horas

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), reúne-se esta manhã, às 11h, com representantes do Ministério das Relações Exteriores, para discussão dos principais avanços na agenda negociadora do Mercosul.



Lúdio Coelho: presidindo a reunião

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucídio Portella
 Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
 Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Plenário vota simplificação na compra da casa própria

O plenário do Senado faz esta tarde a última votação do projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) que busca facilitar a compra de imóveis financiados pelo SFH, garantindo a manutenção das condições do empréstimo inicial para o segundo comprador. Pela proposta, na transferência do financiamento não poderá haver aumento da prestação e nem do prazo do empréstimo.

A atual legislação permite que, ao se fazer a transferência do financiamento, seja recalculado o saldo devedor, gerando prestações mais altas e até aumento do prazo do empréstimo. O projeto ainda terá de ser votado pelos deputados.

O senador Júlio Campos justifica sua proposta afirmando que, por causa das atuais condições, muitos negócios deixam de ser realizados. Às vezes, o comprador consegue convencer o vendedor a as-



Campos: fim do contrato de gaveta

sinar um "contrato de gaveta", com riscos para o adquirente. O "contrato de gaveta" é um documento particular entre os dois negociadores sem que haja, junto ao agente financeiro, mudança de nome do dono do imóvel.

Ainda na sessão de hoje, os senadores votarão em plenário mais três empréstimos estaduais com a Caixa Econômica Federal, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, dessa vez beneficiando os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Comissão examina hoje seis alterações propostas ao texto do relator sobre a ajuda financeira a municípios que adotarem o mecanismo

Emendas à renda mínima entram na pauta da CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), vota hoje, em reunião marcada para as 10h, seis emendas oferecidas ao substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao projeto de lei da Câmara autorizando o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa de renda mínima associado à educação.

Na mesma reunião, a CAE realiza audiência pública com a finalidade de instruir o projeto de lei da Câmara que versa sobre o Sistema Financeiro Imobiliário. Estão convidados Luiz Roberto Ponte, presidente da Câmara Brasileira de Indústria da Construção; o diretor da Associação dos Notá-

rios e Registradores do Brasil, Márcio Baroukel Braga; o presidente e o assessor jurídico da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário, respectivamente, Anésio Abdalla e Melhim Namen Chalhud.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprecia também esta manhã, às 10h, as mensagens do Poder Executivo com as indicações dos nomes dos integrantes da primeira diretoria da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Foram indicados para presidente Renato Navarro Guerreiro e, para conselheiros, Luiz Francisco Tenório Perrone, José Leite Pereira Filho, Mário Leonel Neto e Antônio Carlos Valente da Silva.

Já a Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), discute às 15h a autorização para que o Poder Executivo abra crédito suplementar de R\$ 18,9 milhões aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor de diversos órgãos, além de apreciar as contas do governo federal referentes a 1996.

Às 17h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), realiza audiência pública a fim de instruir a votação do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre jornada de trabalho e outros aspectos referentes aos trabalhadores que realizam sua função em terminais de vídeo.

Abdias lembra Frente Negra, criada em 1931

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) afirmou que a fundação, em 1931, da Frente Negra Brasileira mostra que o movimento afro-brasileiro tem fortes raízes no próprio país. Esse fato, a seu ver, contesta os que atribuem as ações dos negros brasileiros pela sua inserção social plena a "um mero reflexo" do que acontece em outros países e, em especial, nos Estados Unidos.

A experiência da Frente Negra, da qual teve oportunidade de participar, foi a melhor expressão dos anseios de uma população excluída, destituída de oportunidades, sem possibilidades de construir seu próprio

destino, impedida que estava pelas mãos férreas do racismo, ainda hoje o mais terrível algoz dos afro-brasileiros - disse.

O senador explicou que a Frente Negra foi a única organização de massas jamais criada pelos afro-brasileiros que conseguiu agregar dezenas de milhares de descendentes de africanos em torno de ideais de justiça e igualdade.

- Na verdade, a Frente Negra não nasceu num vácuo político-social, tampouco foi fruto de geração espontânea. Muito pelo contrário, constituiu a culminância de uma série de organizações que, desde o início do século, buscavam congregar os descendentes africanos, sobretudo em São Paulo - explicou.

Abdias esclareceu que a Frente Negra Brasileira foi transformada em partido político em 1936, extinto logo depois pelo Estado Novo. Suas idéias e práticas "ajudaram a forjar um afro-brasileiro menos acomodado diante das manifestações racistas e mais competitivo no mercado de trabalho".

Suplicy faz apelo em favor de uma "fórmula mais generosa"

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o Senado deve corrigir o que ele chamou de "situações absurdas" permitidas pela fórmula contida no substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao projeto de garantia de renda mínima associada a ações sócio-educativas. O próprio Suplicy propõe uma nova fórmula, "mais generosa e que corrige o erro".

- Por incrível que pareça, no caso de famílias com o mesmo grau de pobreza, com R\$ 40,00 de renda per capita, se tiverem quatro pessoas (mãe e três filhos de até 14 anos), contarão com benefício de R\$ 10,00 do governo federal. Se tiverem duas pessoas (mãe e filho), o benefício seria negativo, de menos R\$ 5,00. Ou seja,



Suplicy: corrigindo erro

esta segunda família não terá benefício - sustentou.

Suplicy lamentou a decisão do governo federal de limitar a ajuda somente aos municípios cuja renda e arrecadação per capita forem menores do que a média do estado. "Isso exclui cerca de 40% dos municípios em cada estado, mesmo que tenham maior número de famílias carentes", disse. Suplicy defendeu

emenda que apresentou ao substitutivo prevendo que a renda mínima seja estendida gradualmente a todos os municípios.

Editorial publicado ontem pelo *Correio Braziliense*, sob o título "Renda Mínima", foi lido em plenário pelo senador. Conforme o jornal, o projeto de renda mínima aprovado pela CAE, que hoje examina emendas à proposta, é "tímido", deixando de fora "exatamente as grandes e médias cidades, cujas periferias, inchadas pelo processo irrefreável de migração, tornaram-se focos de violência e miséria". O jornal espera que o projeto ainda seja "revisado e ampliado", assinalando que "a conjuntura nacional reclama mais arrojo e abrangência".



Abdias: justiça e igualdade

Desdobramento do Comunidade Solidária, o programa deverá diversificar e desenvolver a atividade extrativista em 21 municípios, unificando a ação governamental na região

Nabor e Marina apóiam "Amazônia Solidária"

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e a senadora Marina Silva (PT-AC) manifestaram ontem satisfação com a criação pelo governo federal do programa Amazônia Solidária, que pretende diversificar e desenvolver a atividade extrativista em 21 municípios da região amazônica.

Marina Silva informou que colaborou na fase de elaboração do projeto e ressaltou o intenso trabalho realizado pela coordenação do programa Comunidade Solidária, em conjunto com os ministérios da Agricultura, Saúde, Meio Ambiente, além dos ministérios militares, visando à futura execução do programa.

A senadora advertiu, no entanto, que a distribuição de

alimentos, prevista no projeto, deve ser executada pelas áreas militares de maneira isenta, "para não correr o risco de ser mal interpretada em ano eleitoral".

DESDOBRAMENTO

Já o senador Nabor Júnior explicou que o programa Amazônia Solidária é um desdobramento regional do Comunidade Solidária, visando à adoção de "mecanismos específicos de incentivo ao uso múltiplo da floresta amazônica e de programas de apoio à produção e à comercialização da borracha, ações de saúde e fortalecimento da infraestrutura local".

Nabor acha que, embora muitos órgãos venham atuando na região, a dispersão de esforços e recursos tem resultado em benefícios pouco



Nabor: mais de 370 mil pessoas beneficiadas

significativos para a população. A proposta do programa amplia, assim, as parcerias entre os órgãos e entidades governamentais e não-governamentais com o objetivo de atender a cerca de 63 mil seringueiros extrativistas e beneficiar 376 mil pessoas nos



Marina colaborou na fase de elaboração do projeto

estados do Norte do país.

Segundo Nabor Júnior, a fim de conseguir resposta imediata à exposição de motivos conjunta propondo a criação do programa, publicada no *Diário Oficial* do último dia 16, e para aumentar as possibilidades de multiplicação dos

efeitos das medidas preconizadas, efetuou-se levantamento das comunidades com maior número de famílias, com razoável volume de produção de borracha, unidades de beneficiamento disponíveis e situadas em áreas de reservas extrativistas.

Suassuna pede atenção a iniciativas estaduais de combate à desnutrição

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) reconheceu a eficácia de programas destinados a combater a desnutrição, que vêm sendo implementados em alguns estados, e alertou os senadores para a importância da elaboração e da votação de leis que favoreçam esse tipo de iniciativa. No Nordeste, o senador destacou o aproveitamento das cascas da mandioca e da algaroba para a elaboração de alimento de alto valor nutritivo e, no Distrito Federal, o Programa Bolsa-Escola que atinge, em particular, as crianças.

Mas a solução mesmo, conforme o senador, é a ampliação da área produtiva no Brasil, de forma a acabar com a fome no país. "Aqui, onde se vê tanta terra improdutiva nas mãos de



Suassuna: a falta de alimentos é mundial

poucos proprietários, essa solução passa necessariamente por uma reforma agrária profunda e racional, que fixe o homem produtivamente na terra e, ao mesmo tempo, reduza o fluxo de mão-de-obra pouco qualificada para as cidades, que agrava a miséria nos centros urbanos", afirmou.

Ele lembrou que o "drama da fome não é vivido apenas pelos brasileiros". A seu ver, trata-se de um problema mundial, cuja causa é a "cres-

cente discrepância" entre países ricos, que desperdiçam alimentos, e países miseráveis e pobres, que vivem na carência irremediável.

- Movem-me a indignação com o estado de miséria e fome a que estão sujeitas milhões de pessoas no mundo inteiro e a esperança de que, pelo menos em nosso país, o milênio que entra encontre menos brasileiros nas estatísticas de miseráveis e famintos - concluiu.

Alcântara defende agricultura moderna

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a necessidade de modernização da agricultura brasileira ao lembrar o Dia do Engenheiro Agrônomo, comemorado dia 12 de outubro. O senador afirmou que esse profissional é "peça fundamental e estratégica no processo de desenvolvimento da agricultura, via sua qualificação e valorização de seu trabalho".

Alcântara ressaltou que a agronomia tem importância social indispensável na geração de emprego e renda no meio rural e na produção de alimentos para a agroindústria. Ponderou, entretanto, que a falta de definição de uma política agrícola e agrária consistente tem prejudicado seu desenvolvimento e tirado a oportunidade de emprego da classe agrônoma.



Alcântara: agronomia gera emprego e renda no meio rural

Pela idéia, o poder público detectaria o dano ambiental e obrigaria o proprietário da terra a recuperá-la. Não sendo atendido, o governo mesmo faria o serviço e depois cobraria a despesa

Melo quer ação imediata contra fogo na selva

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu ontem o direito de o governo federal intervir em propriedade privada na qual estejam ocorrendo queimadas. Para ele, depois de ter detectado, por satélites, alguma agressão ao meio ambiente, o poder público deveria intimar o proprietário da terra a recuperá-la cientificamente. Não sendo atendido, o próprio governo realizaria essa operação e cobraria pelo serviço.

De acordo com Geraldo Melo, a idéia surgiu quando visitou a Califórnia, como governador do Rio Grande do Norte, para conhecer a experiência local no combate a uma praga que atacava as lavouras de algodão. A solução foi erradicar o algodoceiro depois da colheita, impossibilitando a hospedagem do causador da praga. - A prática dependia da



Melo: intervenção sancionadora do governo

participação de todos os produtores. Se um deles não erradicasse a sua plantação de algodão, o governo federal fazia o serviço e apresentava a conta ao proprietário - afirmou.

Geraldo Melo considerou "hipócrita" a preocupação dos países do Primeiro Mundo com as queimadas na Amazônia, pois, segundo ele, 95% das agressões ao meio ambiente no planeta são cometidas por esses países. Ele

citou o exemplo da Holanda, onde um terço do território foi conquistado ao mar.

- O que foi feito das florestas e dos recursos naturais nos países desenvolvidos? - questionou.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) explicou que há três tipos de queimadas na Amazônia: a dos pequenos agricultores, para subsistência; a dos proprietários de fazendas que querem melhorar o solo para a agricultura; e a dos criadores da pecuária extensiva, a mais danosa, na sua opinião.

Também em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) considerou "excelente" a proposta de Geraldo Melo porque não exigirá gasto do governo federal. E o senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) apontou que um dos maiores equívocos em relação à Amazônia foi a falta de um zoneamento ecológico-econômico da região, "o que diminuiria bastante a devastação da floresta".

assassinado e que o legado de desenvolvimento da região vinculado à preservação da floresta continua vivo. Depois ela pediu cooperação internacional para evitar que se cometam na Amazônia os mesmos erros cometidos pelos países desenvolvidos em relação ao seu meio ambiente. E, finalmente, que o presidente Clinton facilite a entrada de produtos amazônicos no mercado americano.

registrado.

- A fumaça produzida pelas queimadas tem causado danos à qualidade do ar e à saúde das pessoas nas cidades - informou a senadora.

Marina Silva revelou que, durante recente encontro com o presidente norte-americano Bill Clinton, abordou três assuntos relacionados à Amazônia. Primeiro, ela lembrou que já faz dez anos que o líder se-
reingueiro Chico Mendes foi

Gilvam Borges reclama de governador do Amapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) acusou o governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, de distorcer a realidade quando reclamou da ausência da maioria da bancada federal do Amapá à reunião que ele teria convocado para o dia 10 de outubro para discutir pro-

postas e emendas orçamentárias de interesse do estado no Orçamento Geral da União.

Segundo Gilvam, o governador, embora previamente convidado, não compareceu à reunião realizada com esse fim, no Congresso Nacional, pela totalidade de nossa bancada federal, no dia 8 de outubro.



Gilvam: governador ausente

Bianco denuncia desvio de dinheiro na campanha da Aids

O senador José Bianco (PFL-RO) deu conhecimento ao plenário ontem de denúncia feita pelo Ministério Público de Rondônia contra Robson Souza de Oliveira, ex-superintendente de Comunicações do estado. De acordo com Bianco, Robson, auxiliado por mais cinco funcionários do órgão, teria montado uma campanha de publicidade contra a Aids com o objetivo de desviar recursos em benefício próprio. De acordo com o senador, houve convívio do governador.

Segundo Bianco, o promotor Rodney Pereira de Paula argumentou na denúncia "que um imenso ardil foi montado e estruturado com a finalidade de sangrar indevidamente, dos parques recursos do Erário estadual, a quantia de R\$ 2,7 milhões, rotulando-a como campanha de utilidade pública a ser deflagrada imediatamente pela Secretaria de Saúde de Rondônia".



Bianco: governador foi conivente

O senador disse que essa é mais uma prova dos descertos administrativos do governador Valdir Raupp, "de quem me declaro adversário oficial, uma vez que desde 1995 venho oferecendo ao Parlamento denúncias contra a crise de corrupção patrocinada por ele, que paralisa o estado". Bianco acrescentou que exige mais autoridade do governo federal visando moralizar o governo de Rondônia.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Se o Estado aloca cada vez mais recursos para a educação, por que o cidadão comum não pode descontar toda a sua despesa com os filhos no Imposto de Renda? - questiona o senador

Wilson quer educação sem limite no IR



Carlos Wilson: verdadeira antinomia

A dedução integral das despesas com educação na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas é o que estabelece o projeto de lei apresentado pelo senador Carlos Wilson (PSDB-PE). Nele, acaba o limite previsto na legislação vigente, de R\$ 1.700,00, para abatimento.

Para Carlos Wilson, o teto máximo previsto na

atual legislação entra em contradição com a Constituição brasileira, que garante a destinação de verbas orçamentárias dos estados para a educação. O senador entende que "não faz sentido tributar despesas educacionais suportadas pelo contribuinte, exonerando apenas parcela irrisória de tais despesas, quando o próprio Estado vincula à educação parcela apreciável de sua receita de impostos".

- Indubitavelmente estamos diante de norma que desafia os desígnios da Lei Maior - de prestigiar o ensino e a educação. Não seria ousado dizer que se trata de verdadeira antinomia jurídica, pois o que normas superiores dão com uma mão uma norma de nível inferior não pode tirar com a outra. Se o fizer, como no caso, será inconstitucional - afirma ele na justificativa de seu projeto.

Otoniel destaca participação do Senado em feira

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) destacou a participação do Senado Federal no 2º Festival do Livro de Goiás e 1ª Bienal Internacional do Livro de Goiânia como uma demonstração de que a instituição se preocupa em "incentivar a difusão do conhecimento, aqui compreendido como a mais poderosa arma para combater as desigualdades e o subdesenvolvimento".

De acordo com o senador, "o Senado está dando um verdadeiro exemplo ao país, ao empreender autênticas maratonas pelos estados brasileiros com o objetivo de incentivar a leitura e divulgar a bibliografia produzida por sua editora".

Otoniel afirmou que, durante os eventos ocorridos em Goiânia na semana passada, o visitante pôde fazer um tour

virtual pelas dependências do Senado, acompanhando ao vivo os debates e votações no plenário e nas comissões. O cidadão pôde também opinar a respeito do trabalho parlamentar por meio de uma linha direta instalada na feira.

- Tudo isso retrata uma nova conduta do Parlamento brasileiro, que compreende a necessidade de estar sempre presente nas ações sociais, formando uma parceria duradoura com o povo, que, afinal, é o princípio e o fim de todos os nossos esforços e de todas as nossas realizações. Goiás, por sua vez, se projeta como um estado sempre atento às questões culturais, procurando elevar o nível de compreensão de seus habitantes, incentivando o estudo e a pesquisa enquanto instrumentos vivos na construção de uma nova sociedade - afirmou.



Otoniel: visitantes fizeram um tour eletrônico pelo Senado e sua rotina



O estande colocou à disposição do público edições atualizadas das leis

Boa receptividade do público e elogios na imprensa

A qualidade do atendimento, a eficiência dos equipamentos e a quantidade de informações disponíveis no estande que o Senado organizou em Goiânia para participar do Festival do Livro foram ressaltados pelo jornal *O Popular*, da capital de Goiás, em reportagem publicada neste fim de semana.

A matéria destacou a doação de um kit aos professores goianos com "livros, jornal e muita informação", bem como os computadores instalados no estande, onde o visitante podia ter acesso aos *flashes* de notícias transmitidas pela Agência Senado, e o telefone em linha direta com a Casa, que foi colocado à disposição dos visitantes para que pudessem expressar sua opinião acerca do trabalho do Senado.

O Popular também divulgou, com textos e foto, a venda de publicações atualizadas da Constituição, do Código de Defesa do Consumidor e do Regime Jurídico Único, além das obras raras republicadas pelo Senado, como *O Rei dos Jagunços*, de Manoel Benício, *Sciencia Política*, de Alberto Salles, e a edição especial do *Sermão da Sexagésima*, do padre Antônio Vieira.

Além da imprensa, o sucesso da participação do Senado no festival de Goiânia, encerrado no domingo (dia 19), foi atestado pela receptividade e interesse do público, que perguntou, pesquisou e adquiriu as publicações da editora do Senado e recebeu o *Jornal do Senado*, distribuído diariamente no estande.

Exposição no Salão Negro recebeu 670 visitantes

A exposição "Conheça o Senado e os Senadores", no Salão Negro do Congresso Nacional, foi visitada, no final de semana, por 670 pessoas. A mostra foi inaugurada na última sexta-feira e estará aberta até sábado. De segunda a sexta o horário de visitação é das 9h às 18h e, no último dia, das 10h às 15h.

Em 48 estandes, os senadores mostram sua trajetória política e atuação parlamentar, por meio de livros, fotografias, sites na Internet, vídeos e informativos diversos. Além do trabalho dos senadores, os visitantes podem conhecer o funcionamento do Senado, nos balcões de vários órgãos da Casa. Estão expostas as atividades das seguintes secretarias: de Assistência Médica e Social, de Comunicação Social, de Controle Interno, de Editoração e Publicações, de Informação e Documentação e de Serviços, além da Secretaria Geral da Mesa. Também montaram seus estandes a Consultoria Legislativa, o Instituto Legislativo Brasileiro e o Centro de Processamento de Dados do Senado - Prodasen. A exposição é organizada pela Coordenação de Relações Públicas do Senado e a entrada é gratuita. Os visitantes podem também desenvolver atividades interativas, tais como navegar pelas *home-pages* dos senadores ou fazer uma *tour* virtual pelo Senado, ambas pela Internet.

O senador diz que a CEF não tem visão social para gerenciar recursos dos programas de maior importância do "Brasil em Ação"

Coutinho Jorge pede uma Caixa mais eficaz no social

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) dirigiu ontem apelo ao presidente da República e ao ministro do Planejamento, Antônio Kandir, para que revejam os programas sociais do governo, porque a Caixa Econômica Federal (CEF), segundo crê, não está devidamente estruturada para gerenciar os recursos sociais destinados ao financiamento de moradias para as famílias de baixa renda.

- Falta visão social à Caixa Econômica Federal para gerenciar recursos de programas de tamanha importância como *Habitar-Brasil*, *Ação Social em Saneamento* (Pass) e *Infra-Estrutura Urbana* (Pró-Infra) - disse.

Conforme o senador, o programa *Habitar-Brasil*, com recursos da ordem de R\$ 227 milhões oriundos do Orçamento Geral da União, "poderá fazer uma revolução" no



Coutinho Jorge: CEF mais social

setor, já que visa atender famílias com renda de até três salários mínimos. Ressalvou, entretanto, que os cidadãos mais humildes poderão esbarrar nas exigências burocráticas impostas pela CEF, que, "lamentavelmente, em relação ao programa da carta de crédito, não está agindo como um banco social".

Coutinho Jorge elogiou os

projetos do governo para a área social, mas disse que, "apesar dos esforços, os recursos ainda são insuficientes e precisam ser ampliados". Na opinião do senador, está faltando gerenciamento "ágil e eficaz; a CEF não tem capacidade operacional e não pode agir apenas como banco comercial".

- Devemos reconhecer que está havendo um grande avanço na saúde, na educação e em diversos setores. Mas na área social, o governo não pode permitir que se repita o que aconteceu com o Plano Plurianual de 1996, quando apenas cumpriu cerca de 30% do que estava planejado. O déficit atual exige uma implementação efetiva e eficiente de todos os programas habitacionais, para que o governo atinja 100% das metas previstas para 1997 e 1998 - frisou.

Freire: prefeitura dá exemplo de equilíbrio em seu orçamento

O senador Roberto Freire (PPS-PE) destacou como um "fato raro, senão inédito", a previsão, no projeto de lei orçamentária da prefeitura de Sumaré (SP) para o próximo ano, de uma receita menor do que a estimada para o exercício anterior, "limitando-se à verdade da arrecadação municipal".

- No momento em que o Congresso se prepara para discutir o Orçamento da União para 1998, julgo ser adequado registrar um exemplo pequeno, mas significativo, de como se altera na prática e para melhor a administração pública no Brasil - acrescentou.

Depois de salientar a dificuldade de se adotarem, nos pequenos e médios municípios do país, medidas saneadoras como



Freire: exemplo edificante

as que foram tomadas em Sumaré pelo prefeito Dirceu Dalben (PPS), Roberto Freire disse que "foi sobretudo graças ao compromisso público e à retidão política desse companheiro que se tornou possível alterar o perfil da administração municipal, otimizando-se a gestão e adaptando a lei orçamentária à realidade fiscal".

Joel de Holanda comemora convênios contra a dengue

O senador Joel de Holanda (PFL-PE) elogiou ontem a iniciativa do ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, que referente à assinatura de convênios em 138 municípios, distribuídos entre catorze estados, para o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue hemorrágica. Trata-se de convênios previstos pelo Plano de Erradicação do mosquito, como medida de prevenção, disse.

- Tais municípios elaboraram planos de trabalho que foram analisados e aprovados pela Fundação Nacional de Saúde - FNS, e os recursos aplicados serão da ordem de

R\$ 16,4 milhões - informou Holanda, presente à solenidade de assinatura dos convênios.

Ele acrescentou que, somente em Pernambuco, 35 municípios serão beneficiados, com uma aplicação global da ordem de cerca de R\$ 2 milhões.

- Esse esforço do Ministério da Saúde, con-

juntamente com estados e municípios, traduz concretamente o empenho do governo federal no combate a esse mal que tanto aflige a população mais pobre e um esforço adequado no exato período em que começam as chuvas, que é quando o mosquito prolifera - finalizou.



Holanda: R\$ 16,4 milhões para acabar com o mosquito da dengue

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Joel de Holanda (PFL-PE) sobre uma maior autonomia dos municípios com relação aos seus problemas mais imediatos como saúde, segurança e assistência social (reapresentação)
- 8h - Debate entre o senador Levy Dias (PPB-MS) e o deputado federal Delfin Netto (PPB-SP) sobre a política de juros do governo federal, as reformas fiscal e tributária e seus reflexos na economia nacional (reapresentação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Joel de Holanda (PFL-PE) sobre uma maior autonomia dos municípios com relação aos seus problemas mais imediatos como saúde, segurança e assistência social (reapresentação)
- 10h - Comissão de Infra-Estrutura (ao vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Sociais (pré-gravada pela tarde)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 00h30 - "Congresso Hoje"
- 01h - Debate entre o senador Levy Dias (PPB-MS) e o deputado federal Delfin Netto (PPB-SP) sobre a política de juros do governo federal, as reformas fiscal e tributária e seus reflexos na economia nacional (reapresentação)
- 02h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 06h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 06h40 - "Senado em Pauta"

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30



Machado: oferta de produtos deve assegurar informações corretas e claras

Machado pretende informações legíveis em produtos gelados

Foi enviado à Câmara dos Deputados projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) estabelecendo que as informações sobre as características dos produtos gelados apresentados ao consumidor sejam gravadas de forma indelével, para evitar que o contato da embalagem com a umidade dificulte sua leitura. A matéria foi aprovada, terminativamente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na justificativa do projeto, Sérgio Machado argumenta que o Código de Proteção e Defesa do Consumidor es-

tabelece que a oferta de produtos deve assegurar informações corretas, claras e precisas sobre suas características, tais como quantidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, origem e riscos à saúde.

- Nos produtos gelados, a data de validade é fixada por intermédio de carimbos, os quais, ao contato com a umidade, tornam-se ilegíveis. Além disso, no tocante aos produtos importados que devem ser mantidos sob refrigeração o selo com as informações deve ser imune de danos causados pela umidade - ponderou.

Marina condiciona fim do registro civil à adoção

Foi enviado à Câmara dos Deputados projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) estabelecendo que o mandado judicial de cancelamento de registro civil de pessoa adotada somente será expedido após o trânsito em julgado da respectiva sentença de adoção. A matéria foi aprovada, terminativamente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e não foi apresentado recurso para sua apreciação no plenário.

Na justificativa do projeto, Marina Silva argumenta que na hipótese de frustração do processo de adoção, por desistência do postulante ou por qualquer outro motivo, o menor se encontrará na "bizarra" situação jurídico-civil de ausência de identidade, ainda

que temporária, em face do cancelamento do registro anterior e da não-realização da adoção.

A proposição da senadora estabelece ainda que, tratando-se de adoção, somente após o trânsito em julgado da sentença, poderão ser expedidos alvarás judiciais autorizativos de emissão de passaporte e viagem de crianças e adolescentes ao exterior.

Em seu parecer ao projeto, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirma que, como atualmente essa autorização não distingue a natureza das viagens, pessoas rejeitadas em processos de adoção burlam o sistema e declaram não a pretensão adotiva original, mas sim o intento inverídico de apenas viajar acompanhadas de criança ou adolescente.

Quem empregar mais de 200 trabalhadores contribuiria para a redução da evasão escolar e da criminalidade, segundo o senador

Valmir sugere Fundo Esportivo custeado pelo empresariado

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) defendeu ontem a necessidade de o setor empresarial apoiar mais efetivamente as práticas esportivas no país, sugerindo a instituição de um "fundo esportivo", formado a partir da contribuição das empresas cujos quadros de funcionários apresentem mais de 200 empregados. "Tenho certeza de que o investimento valeria a pena", garantiu.

- É bem possível que, em poucos anos, tivéssemos redução significativa nos índices de evasão escolar, de repetência e, a longo prazo, dos alarmantes e crescentes números da criminalidade - argumentou o senador, ao enfatizar a contribuição significativa do esporte como fator de integração e formação do jovem, "funcionando como inibidor

de vícios e comportamentos destrutivos".

Valmir reconheceu o esforço do governo federal no sentido de conferir ao esporte a importância devida, mas chamou a atenção para a situação dos milhares de deficientes físicos, que têm sido "tratados com descaso" pela maioria da população e pelo poder público, que não constrói passagens exclusivas, estacionamentos próprios ou rampas especiais para facilitar a locomoção desse segmento da sociedade.

- Incentivar a prática esportiva representaria passo importante no processo de integração dessas pessoas injustamente discriminadas - afirmou o senador, lembrando que, além



Valmir: esporte como integração

de terapia eficaz no trabalho de recuperação de crianças excepcionais, o esporte funciona como estímulo e fator de superação de medos e traumas comuns aos portadores de deficiência.

Odacir antevê o fim da pobreza em Ariquemes

O senador Odacir Soares (PTB-RO) afirmou que o Plano Diretor contido no documento "Garimpo de Bom Futuro, uma Questão Social", elaborado pela prefeitura de Ariquemes (RO), promoverá o progresso da Vila Bom Futuro, facilitando a resolução das questões ligadas ao trabalho infanto-juvenil e à qualidade de vida da família, além de garantir o ordenamento de novas alternativas de emprego e renda.

- Esse documento trata de definir em todos os níveis - União, estado, município e organizações não-governamentais - as responsabilidades com o resgate social da comunidade - disse.

O senador destacou que o estado de Rondônia vai participar, com as suas secreta-



Odacir: progresso à vista

rias, na viabilização de ações que contemplem a melhoria da qualidade de vida daquela população. Já a União, por seus órgãos competentes, atuará na operacionalização de incentivo à educação, à saúde, à área social, ao esporte e à infra-estrutura.

Para o senador, os progra-

mas a serem desenvolvidos contam com a responsabilidade direta do prefeito de Ariquemes, Francisco de Sales Duarte Azevedo, que, segundo ele, vem desde o início de seu mandato honrando o cargo, trabalhando para reordenar as "combalidas" finanças do município e empenhando-se "fortemente" com as questões sociais, voltando-se para as melhorias das condições da educação, saúde e da reativação da produção agrícola.

- Entendemos que a partir desse Plano Diretor passa-se a ter um referencial para a solução da questão social que conduza à erradicação da pobreza e exclusão social da localidade. Acreditamos que a inserção do município iniciará uma caminhada inovadora - assinalou Odacir.